

**PT**

Bruxelas, 21 de junho de 2024

|  |
| --- |
| **588.ª REUNIÃO PLENÁRIA****30 e 31 de maio de 2024****SÍNTESE DOS PARECERES, RESOLUÇÕES E RELATÓRIOS DE INFORMAÇÃO E AVALIAÇÃO ADOTADOS** |
| O presente documento pode ser consultado nas línguas oficiais no sítio Web do CESE, no seguinte endereço:<https://www.eesc.europa.eu/en/our-work/opinions-information-reports/plenary-session-summaries>Os pareceres mencionados podem ser consultados em linha através do motor de busca do CESE:<https://dmsearch.eesc.europa.eu/search/opinion> |

Índice

[1. **UNIÃO ECONÓMICA E MONETÁRIA E COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL** 3](#_Toc169614960)

[2. **EMPREGO, ASSUNTOS SOCIAIS E CIDADANIA** 7](#_Toc169614961)

[3. **AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E AMBIENTE** 10](#_Toc169614962)

[4. **TRANSPORTES, ENERGIA, INFRAESTRUTURAS E SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO** 13](#_Toc169614963)

[5. **COMISSÃO CONSULTIVA DAS MUTAÇÕES INDUSTRIAIS** 14](#_Toc169614964)

# **UNIÃO ECONÓMICA E MONETÁRIA E COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL**

1. [***O papel da política de coesão nas próximas rondas de alargamento da UE***](https://www.eesc.europa.eu/pt/our-work/opinions-information-reports/opinions/role-cohesion-policy-upcoming-rounds-eu-enlargement)

|  |  |
| --- | --- |
| **Relatora** | Maria del Carmen Barrera Chamorro (ES – Grupo dos Trabalhadores) |
|  |
| **Referências** | Parecer exploratório a pedido da Comissão Europeia EESC-2024-00535-00-00-AC |

**Pontos principais**

O Comité Económico e Social Europeu:

* salienta que a política de assistência de pré-adesão é um instrumento indispensável da política de alargamento, cuja influência pode ser reforçada para promover a paz e a prosperidade em todo o continente europeu, em especial nas regiões onde a paz e a estabilidade foram recentemente postas em causa;
* observa que, a fim de preparar os países candidatos para uma aplicação plena dos instrumentos da política de coesão no futuro, é importante que a política de assistência de pré-adesão da União Europeia (UE) se adapte melhor aos pontos fortes, aos desafios e às necessidades das regiões desses países, bem como das regiões limítrofes dos Estados-Membros da UE;
* recomenda que a política de assistência de pré-adesão da UE nos países candidatos invista de forma mais sistemática no desenvolvimento do capital humano, na educação e na integração social, a fim de prevenir e atenuar as desigualdades sociais. É fundamental promover ligações com as organizações da sociedade civil para a melhoria do planeamento da política de assistência de pré-adesão;
* considera que, na futura política de coesão, deve dar-se prioridade à proteção dos grupos vulneráveis, que se deparam com obstáculos adicionais e extraordinários ao seu desenvolvimento económico e social e podem enfrentar outros desafios no futuro processo de adesão;
* insiste em que parcerias mais sólidas com as organizações da sociedade civil dos países candidatos assumem um valor inestimável para a promoção dos objetivos do alargamento e mostram estar em consonância com estratégias de desenvolvimento eficazes e inclusivas, recorrendo a princípios estabelecidos de parceria forte e de gestão partilhada;
* salienta que o papel da política de coesão tem de ir muito além do investimento fundamental. É imperativo que se centre no desenvolvimento institucional e no reforço das capacidades, incluindo programas de geminação e apoio à sociedade civil e aos parceiros sociais.
* sublinha que as vagas de alargamento também tiveram impacto nos atuais Estados-Membros e nas suas regiões, à medida que os novos Estados-Membros aderiram ao mercado único e afetaram a cadeia de valor internacional e a migração laboral na UE. Por conseguinte, são necessários fundos adicionais para investir nas regiões limítrofes dos países candidatos, bem como nas regiões dos atuais Estados-Membros gravemente afetadas pelas mudanças na UE e nas cadeias de valor mundiais em resultado do alargamento;
* considera que paralelamente ao processo de alargamento, a Comissão Europeia deve orientar as suas reformas da futura política de coesão para reforçar a eficácia das políticas atuais – com base numa especialização e diversificação acrescidas – e dotá-la de uma maior flexibilidade e especialização financeira. Nenhuma assistência financeira pode originar prosperidade económica sem esforços paralelos de desenvolvimento institucional, reforma da governação e participação da sociedade civil;
* salienta a necessidade de medidas urgentes para travar a vaga de emigração nos países candidatos à adesão à UE, que ameaça destruir o potencial de desenvolvimento económico e social, recorrendo para o efeito a várias medidas políticas, incluindo o investimento em capital humano;
* considera essencial melhorar a situação dos jovens nos países candidatos. Cabe envidar esforços para melhorar as competências e o emprego dos jovens e para aumentar as oportunidades de educação e de emprego de qualidade para os jovens, a par de soluções de habitação. Também se deve incentivar o diálogo e a participação dos jovens em iniciativas da Garantia para a Juventude;
* recomenda que se intensifiquem os esforços para cuidar das pessoas e dos grupos mais vulneráveis nos países candidatos, integrando-os não só nos sistemas de proteção, mas também considerando-os no processo de decisão, o que constitui a melhor forma de concretizar o primeiro princípio básico da política de coesão de «não deixar ninguém para trás».

|  |  |
| --- | --- |
| ***Contacto*** | *Georgios Meleas* |
| *Tel.* | *+32 2 546 97 95* |
| *Endereço eletrónico* | *Georgios.Meleas@eesc.europa.eu* |

1. [***Nono relatório sobre a coesão económica, social e territorial***](https://www.eesc.europa.eu/pt/our-work/opinions-information-reports/opinions/ninth-report-economic-social-and-territorial-cohesion)

|  |  |
| --- | --- |
| **Relator** | Matteo Carlo Borsani (IT – Grupo dos Empregadores) |
|  |
| **Referências** | COM(2024) 149 finalEESC-2024-00987-00-00-AC |

**Pontos principais**

O Comité Económico e Social Europeu:

* congratula-se com a apresentação do nono relatório sobre a coesão e considera que a descrição dos seus resultados é exaustiva, constituindo igualmente um bom ponto de partida para fazer um balanço dos ensinamentos retirados;
* recomenda que os investimentos e as políticas se centrem no reforço da base da indústria transformadora, a fim de reforçar a coesão territorial ascendente, salientando que a correlação positiva entre o crescimento da produtividade e o aumento do PIB *per capita* constituiu o único elemento em comum no crescimento de todos os tipos de regiões;
* destaca a importância da competitividade para promover a coesão económica e dos investimentos produtivos para estimular a referida competitividade e o crescimento económico, o que, por sua vez, se repercute de forma positiva na coesão territorial e social. Sublinha igualmente a importância de alargar o acesso aos fundos da política de coesão para investimentos produtivos às grandes empresas que fazem parte do ecossistema das PME, com a condição de esses investimentos criarem um efeito em cascata nos territórios e na sociedade. Os resultados da coesão económica não devem ser medidos apenas pelo montante dos investimentos económicos numa determinada zona, mas também pelos seus resultados territoriais e sociais;
* salienta a importância de um mercado de trabalho inclusivo e eficiente para aumentar a coesão social, recorrendo a medidas que visem munir os cidadãos e os trabalhadores da UE do conjunto adequado de competências para entrarem e circularem no mercado de trabalho. Neste contexto, recomenda uma conjugação de políticas que promovam o emprego e estimulem a empregabilidade, nomeadamente centrando-se nos grupos da sociedade que correm o risco de ficar para trás e promovendo a inclusão de pessoas que não estão atualmente inseridas no mercado de trabalho;
* recomenda a promoção de investimentos estratégicos na administração local e regional, a fim de reforçar o sistema que desempenha um papel central na execução dos programas. Com efeito, não é possível assegurar a coesão social, económica e territorial sem antes garantir a coesão na capacidade das administrações públicas;
* recomenda que se assegure a participação dos órgãos de poder local e regional, respeitando o princípio da parceria e envolvendo os parceiros sociais e as organizações da sociedade civil em qualquer reflexão sobre o futuro da política de coesão;
* insta os colegisladores a tornarem o orçamento global do quadro financeiro plurianual mais ambicioso e a assegurarem um financiamento adequado para a política de coesão, nomeadamente à luz da necessidade futura de investimento da UE em defesa e de uma União Europeia com mais de 27 Estados-Membros;
* recomenda, neste contexto, que se tenham em conta os futuros alargamentos previstos pela UE, os quais exigirão uma política de coesão eficaz e eficiente, a fim de garantir a integração harmoniosa dos futuros Estados-Membros, sem comprometer os investimentos nas atuais regiões em desenvolvimento;
* recomenda, por último, a utilização de instrumentos de investimento automáticos e de fácil aplicação para a transição para uma Europa mais inteligente e mais ecológica. Os desafios decorrentes das transições ecológica e digital justas e das suas metas ambiciosas exigem rapidez e prontidão na resposta.

|  |  |
| --- | --- |
| ***Contacto*** | *Georgios Meleas* |
| *Tel.* | *+32 2 546 97 95* |
| *Endereço eletrónico* | *Georgios.Meleas@eesc.europa.eu* |

# **EMPREGO, ASSUNTOS SOCIAIS E CIDADANIA**

1. [***Cancros preveníveis por vacinação***](https://www.eesc.europa.eu/pt/our-work/opinions-information-reports/opinions/vaccine-preventable-cancers)

|  |  |
| --- | --- |
| **Relatora****Correlatora** | Milena Angelova (BG – Grupo dos Empregadores)Sára Felszeghi (HU – Grupo dos Trabalhadores) |
| **Referências** | COM(2024) 45 final |
| EESC-2024-00425-00-00-AC |

**Pontos principais**

O Comité Económico e Social Europeu:

* incentiva a partilha de experiências e de boas práticas bem como uma cooperação intensa entre os Estados-Membros;
* recomenda o reforço da procura e da oferta da vacinação, salienta a necessidade de uma informação, educação e comunicação adequadas e sublinha o papel do sistema de saúde escolar e dos pais neste esforço. A prevenção do cancro deve tornar-se uma prioridade a nível político e ser acompanhada dos recursos financeiros, materiais e humanos necessários;
* defende a necessidade de envidar esforços redobrados na luta contra a informação incorreta e a desinformação através da aquisição de provas científicas e da divulgação de informações baseadas em factos através de diferentes canais, com especial atenção para as redes sociais;
* considera que os médicos de clínica geral, os médicos de família e os médicos escolares, bem como as organizações da sociedade civil, desempenham um papel importante na prestação de informações adequadas, diminuindo os receios e o ceticismo e orientando as pessoas para serem vacinadas. A fim de assegurar que as mensagens são cativantes para os jovens, o CESE preconiza que se intensifiquem os esforços de comunicação através de organizações lideradas por jovens;
* salienta a necessidade de propugnar a igualdade de género nas medidas de prevenção do cancro e apela para a vacinação contra o VPH de todos os rapazes e raparigas de uma determinada idade, para a intensificação da comunicação sobre a disponibilidade da vacinação contra o VPH para os rapazes e para a recolha e a publicação de informações sobre as taxas de vacinação tanto dos rapazes como das raparigas nos vários Estados-Membros;
* insiste na importância de um acesso fácil à vacinação em termos de localização geográfica, bem como na necessidade de medidas específicas para chegar a pessoas de vários grupos desfavorecidos e pessoas com riscos específicos.

|  |  |
| --- | --- |
| ***Contacto*** | *Valeria Atzori* |
| *Tel.* | *+32 2 546 87 74* |
| *Endereço eletrónico* | *Valeria.Atzori@eesc.europa.eu* |

1. [***Revisão da Diretiva Conselho de Empresa Europeu***](https://www.eesc.europa.eu/pt/our-work/opinions-information-reports/opinions/revision-de-la-directive-relative-au-comite-dentreprise-europeen)

|  |  |
| --- | --- |
| **Relatora** | Sophia Reisecker (AT – Grupo dos Trabalhadores) |
|  |
| **Referências** | COM(2024) 14 final |
| EESC-2024-00543-00-00-AC |

**Pontos principais**

O Comité Económico e Social Europeu:

* aplaude as medidas legislativas adotadas pela Comissão Europeia para rever a Diretiva 2009/38/CE no que diz respeito aos requisitos mínimos para a criação de conselhos de empresa europeus (CEE) e para assegurar o seu funcionamento eficaz;
* regista o objetivo de aumentar a eficácia e a aplicação dos direitos dos CEE, a fim de proporcionar segurança jurídica, clarificando conceitos fundamentais da Diretiva Conselho de Empresa Europeu. Trata-se, nomeadamente, da definição de transnacionalidade, da disponibilização dos recursos adequados aos CEE, do acesso à justiça e do reforço do compromisso dos Estados-Membros de preverem sanções eficazes e suficientemente dissuasivas em caso de violação dos direitos dos CEE;
* congratula-se com os objetivos da Comissão de rever a norma para um processo de informação e consulta mais eficiente e significativo, propondo aditamentos às disposições supletivas, de aumentar a frequência das reuniões regulares dos CEE e de introduzir a obrigação de uma resposta fundamentada por parte da direção aos pareceres dos CEE. Reconhece igualmente o reforço do papel dos representantes sindicais enquanto peritos que prestam assistência aos CEE;
* apoia alterações importantes relativas à capacidade dos CEE e dos seus membros de cumprirem as suas funções. Tal diz respeito, em especial, aos recursos a fornecer pela direção, cujos pormenores têm de ser determinados conjuntamente no acordo de CEE pertinente no que respeita à formação, aos peritos e à representação jurídica, bem como aos esclarecimentos pretendidos em matéria de confidencialidade;
* insta as instituições legislativas a procederem rapidamente à revisão da Diretiva Conselho de Empresa Europeu, em conformidade com a proposta da Comissão, tendo igualmente em conta as recomendações propostas no presente parecer;
* salienta a necessidade de a Comissão garantir uma transposição e execução adequadas da diretiva revista com instrumentos eficazes de acompanhamento e execução.

**As organizações patronais opuseram-se a estes pontos de vista pelo que os membros do Grupo dos Empregadores do CESE apresentaram um contraparecer. Mais especificamente, manifestaram a sua preocupação pelo facto de a revisão da diretiva ser suscetível de complicar o funcionamento dos CEE, podendo transformar aquilo que é um canal eficaz de informação e consulta nas empresas numa fonte de litígio e insegurança jurídica. O Grupo dos Empregadores do CESE considera que tal pode comprometer o indispensável espírito de cooperação e confiança no local de trabalho. O contraparecer, embora rejeitado pelo CESE (104 votos a favor, 125 contra e 11 abstenções), recolheu mais de um quarto dos sufrágios expressos, pelo que, em conformidade com o Regimento, figura em anexo ao parecer.**

|  |  |
| --- | --- |
| ***Contacto*** | *Bartek Bednarowicz* |
| *Tel.* | *+32 2 546 92 29* |
| *Endereço eletrónico* | *Bartek.Bednarowicz@eesc.europa.eu* |

1. [***Não ao ódio: uma Europa unida contra o ódio***](https://www.eesc.europa.eu/pt/our-work/opinions-information-reports/opinions/un-lieu-ou-il-est-exclu-de-hair-une-europe-unie-contre-la-haine)

|  |  |
| --- | --- |
| **Relator** | Cristian Pîrvulescu (RO – Grupo das Organizações da Sociedade Civil) |
| **Correlatora** | Milena Angelova (BG – Grupo dos Empregadores) |
|  |
| **Referências** | JOIN(2023) 51 finalEESC-2024-00795-00-00-AC |

**Pontos principais**

O Comité Económico e Social Europeu:

* congratula-se com a comunicação e salienta a necessidade de uma parceria mais abrangente com as organizações da sociedade civil. Defende a realização de campanhas de sensibilização, solicita que se envidem esforços para combater os «ecossistemas» de ódio em linha e fora de linha e recorda que os políticos têm a responsabilidade de evitar uma linguagem que promova o ódio;
* insta a UE a adotar uma abordagem abrangente e a combater os atos de ódio que visam características humanas protegidas, a executar eficazmente as estratégias e iniciativas que promovem a igualdade e a não discriminação e a adotar essencialmente a mesma abordagem para combater todos os tipos de ódio. Insta os Estados-Membros a reprimirem os crimes de ódio, a incentivarem a sua denúncia e a formarem os agentes dos serviços responsáveis pela aplicação da lei para que tratem esses casos de forma adequada, no devido respeito pelas vítimas;
* lamenta que o esforço de luta contra o ódio nas plataformas em linha esteja aquém do necessário em termos de escala e de impacto. Cabe alargar o papel e os conhecimentos especializados dos sinalizadores, de modo a abranger sistematicamente todos os tipos de preconceitos que estão na base dos atos de ódio em linha. Há que melhorar a literacia mediática e digital, a fim de garantir uma denúncia mais eficaz;
* considera que cumpre operacionalizar melhor o trabalho do Grupo de Alto Nível sobre a luta contra o discurso de ódio e os crimes de ódio, intensificar a formação e o reforço das capacidades da sociedade civil e melhorar a eficácia das denúncias. Importa elaborar relatórios e avaliações comparativas para identificar os progressos realizados. A denúncia de crimes de ódio deve ser normalizada e institucionalizada a nível da UE. É necessário dispor de mecanismos de denúncia acessíveis, pelo que se incentiva a Comissão a criar uma plataforma em linha que permita às organizações da sociedade civil e aos defensores dos direitos humanos denunciarem rapidamente os incidentes;
* sublinha que a Comissão deve levar a cabo uma análise do trabalho das organizações da sociedade civil e dos sinalizadores de confiança e propor medidas para melhorar a sua eficácia e tornar o seu trabalho mais adaptado aos desafios atuais. A UE deve insistir na necessidade de as grandes plataformas em linha impedirem os seus algoritmos de amplificar o ódio e utilizar fundos do Programa Cidadãos, Igualdade, Direitos e Valores e do Horizonte Europa para identificar e combater ecossistemas de ódio em linha, permitindo que as capacidades educativas e de investigação existentes contribuam para esse objetivo. O Erasmus+ destinado à educação para a cidadania também pode dar um contributo neste domínio.

|  |  |
| --- | --- |
| ***Contacto*** | *June Bedaton* |
| *Tel.* | *+32 2 546 81 34* |
| *Endereço eletrónico* | *June.Bedaton@eesc.europa.eu* |

# **AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E AMBIENTE**

* [***Meta climática da UE para 2040***](https://www.eesc.europa.eu/pt/our-work/opinions-information-reports/opinions/eu-climate-target-2040)

|  |  |
| --- | --- |
| **Relator** | **Teppo Säkkinen** (FI – Grupo dos Empregadores) |
|  |
| **Referências** | COM(2024) 63 final |
| EESC-2024-00418-00-00-AC |

**Pontos principais**

O Comité Económico e Social Europeu:

* **apoia a meta recomendada de 90% até 2040**, uma vez que está em consonância com os dados científicos relativos à quota-parte equitativa da Europa para alcançar o objetivo de 1,5 ºC. O CESE salienta que **a meta é exigente** e só pode ser alcançada se houver políticas favoráveis que assegurem a **competitividade das indústrias europeias** e uma **transição justa**, a par da utilização custo-eficaz de todas as tecnologias de emissões nulas ou hipocarbónicas;
* **preconiza a redução efetiva das emissões através da eliminação progressiva dos combustíveis fósseis**. Embora as remoções de dióxido de carbono desempenhem um papel crescente na consecução das metas climáticas da UE, uma dependência excessiva dos sumidouros implica incertezas e riscos de vinculação aos combustíveis fósseis ou de perda de sumidouros devido a incêndios florestais, pragas e outros perigos;
* insta a Comissão a proceder a uma avaliação científica e económica do **balanço entre as reduções e as remoções**;
* salienta que importa colocar a tónica na aplicação da legislação do pacote Objetivo 55 e no apoio às empresas e aos agregados familiares europeus para se adaptarem ao novo quadro regulamentar;
* observa que as metas climáticas exigem um **nível sem precedentes de investimento na descarbonização**;
* insta a Comissão a acompanhar e estabelecer objetivos para o aumento das exportações de produtos e serviços europeus de tecnologias limpas;
* apela para a **descarbonização total** da **produção de eletricidade** na UE **até 2040** e, pouco depois, dos sistemas de aquecimento e arrefecimento. A disponibilidade de energia limpa a preços acessíveis e de uma infraestrutura energética preparada para o futuro constitui a base para a descarbonização de outros setores, como a indústria, os edifícios e os transportes;
* propõe o estabelecimento de uma **meta indicativa de redução das emissões para o setor agroalimentar** através de um diálogo estreito com os agricultores e outras partes interessadas, assente em dados científicos, que garanta a segurança alimentar europeia e tenha em conta as diversas condições naturais na UE;
* sublinha que importa estabelecer um amplo diálogo com as partes interessadas, nomeadamente com os parceiros sociais e a sociedade civil, bem como assegurar a participação dos cidadãos na definição da meta para 2040 e na elaboração das políticas de acompanhamento;
* chama a atenção para a possibilidade de intensificar a redução das emissões e diminuir a procura de materiais e de energia através da **capacitação dos consumidores para a escolha de estilos de vida sustentáveis**;
* apela para que a Comissão **alargue o controlo da competitividade** a outras grandes economias, incluindo as suas políticas em matéria de clima, energia e indústria e os seus indicadores económicos, a fim de apresentar propostas sobre a forma de reforçar a competitividade global e a base industrial da Europa e salvaguardar o nosso modelo de economia de mercado aberta com elevados padrões ambientais e sociais.

|  |  |
| --- | --- |
| ***Contacto*** | *Judit Carreras Garcia* |
| *Tel.* | *+32 2 546 84 21* |
| *Endereço eletrónico* | *Judit.CarrerasGarcia@eesc.europa.eu* |

1. [***Revisão da legislação sobre o bem-estar dos animais***](https://www.eesc.europa.eu/pt/our-work/opinions-information-reports/opinions/revision-animal-welfare-legislation)

|  |  |
| --- | --- |
| **Relator**  | Jaume Bernis Castells (ES – Grupo das Organizações da Sociedade Civil) |
|  |
| **Referências** | COM(2023) 770 finalEESC-2023-05464-00-00-AC |

**Pontos principais**

O Comité Económico e Social Europeu:

* estima que a Comissão deve ter em conta os conhecimentos práticos dos agricultores, dos transportadores e dos veterinários quando da aplicação e harmonização das regras;
* considera que **uma regulamentação não adaptável** às diferentes realidades dos 27 Estados‑Membros **abrirá a porta a situações assimétricas**;
* insta a Comissão a **assegurar** que **os custos relacionados com a aplicação** destas regras **não sejam suportados pelos operadores** do setor;
* recorda que as **disposições** da proposta de regulamento **obrigam os operadores a trabalhar em turnos noturnos** (nomeadamente os agricultores, os condutores e os veterinários);
* solicita à Comissão que **considere o impacto que esta proposta terá nas cadeias de abastecimento** que foram construídas e distribuídas ao longo dos anos com base nas atuais restrições temporais;
* alerta para o impacto de limitar a viagens curtas, inferiores a nove horas, o transporte de animais para abate;
* considera que as novas **regras técnicas propostas** sobre a aptidão para o transporte de animais terrestres **podem levar ao encerramento de muitas explorações pecuárias**;
* considera que a **proibição do transporte rodoviário de animais jovens**, como vitelos, borregos, cabritos, leitões e potros não desmamados, **em viagens de longo curso, tem um impacto significativo na importação de raças animais** de outros Estados-Membros da UE;
* insta a Comissão a **ter em conta as especificidades climáticas** de cada Estado-Membro em relação às disposições do artigo 31.º da proposta;
* defende que é essencial **promover os circuitos curtos de comercialização** como uma solução eficaz para reduzir a necessidade de viagens de transporte longas, encurtando a distância entre os locais de criação, de engorda, de abate e de consumo;
* apoia iniciativas que promovam alavancas sanitárias, económicas e jurídicas para **preservar os matadouros locais e incentivar o abate na exploração**, sempre que adequado à escala da exploração e ao contexto local.

|  |  |
| --- | --- |
| ***Contacto***  | *Arturo Íñiguez* |
| *Tel.* | *+32 2 546 87 68* |
| *Endereço eletrónico* | *Arturo.Iniguez@eesc.europa.eu* |

# **TRANSPORTES, ENERGIA, INFRAESTRUTURAS E SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO**

1. [***Plano Europeu de Luta contra o Cancro:*** ***assegurar um aprovisionamento seguro de radioisótopos médicos***](https://www.eesc.europa.eu/pt/our-work/opinions-information-reports/opinions/plan-europeen-pour-vaincre-le-cancer-vers-un-approvisionnement-sur-en-radio-isotopes-usage-medical)

|  |  |
| --- | --- |
| **Relatora** | Alena Mastantuono (CZ – Grupo dos Empregadores) |
| **Correlator** | Philippe Charry (FR – Grupo dos Trabalhadores) |
|  |
| **Referências** | Parecer de iniciativaEESC-2024-00265-00-00-AC |
|  |

**Pontos principais**

O Comité Económico e Social Europeu:

* realça que a medicina nuclear salva milhões de vidas, sendo uma grande esperança no combate ao cancro. Salienta que importa responder às necessidades dos doentes na Europa e assegurar a igualdade de acesso aos tratamentos oncológicos;
* assinala que, na Europa, efetuam-se todos os anos 10 milhões de intervenções com base em radiofármacos de diagnóstico e terapêuticos. Cumpre dar prioridade às terapêuticas dirigidas com radionuclídeos, uma vez que são mais precisas e frequentemente menos nocivas do que outros tratamentos;
* apela para a criação de incentivos à produção que garantam uma maior autonomia estratégica no aprovisionamento de radioisótopos. A Europa é líder mundial no aprovisionamento de radioisótopos para fins médicos. Ao mesmo tempo, está altamente dependente de países terceiros no que diz respeito a matérias-primas essenciais e a operações de transformação específicas. Por conseguinte, insta a Aliança para os Medicamentos Críticos a acompanhar atentamente o aprovisionamento de radioisótopos na Europa e a apoiar o reforço da competitividade industrial neste setor;
* insta a que se assegure o cumprimento das medidas de segurança e proteção do pessoal em toda a cadeia de aprovisionamento e apela para que se invista urgentemente na planificação, educação e formação das pessoas de que este setor necessita, bem como na mobilidade do pessoal.

|  |  |
| --- | --- |
| ***Contacto*** | *Maja Radman* |
| *Tel.* | *+32 2 546 90 51* |
| *Endereço eletrónico* | *Maja.Radman@eesc.europa.eu* |

# **COMISSÃO CONSULTIVA DAS MUTAÇÕES INDUSTRIAIS**

* [***Programa da Indústria de Defesa Europeia***](https://www.eesc.europa.eu/pt/our-work/opinions-information-reports/opinions/european-defence-industry-programme)

|  |  |
| --- | --- |
| **Relator** | Tomasz Andrzej Wróblewski (Grupo dos Empregadores – PL) |
| **Correlator** | Franck Uhlig (FR-Cat. 2) |
|  |
| **Referências** | COM(2024) 150 final |
| EESC-2024-00813-00-00-AC |

**Pontos principais**

O Comité Económico e Social Europeu:

* recomenda que a Comissão Europeia **comunique exaustivamente com os cidadãos europeus, a fim de transmitir amplamente os desafios do financiamento conjunto da defesa** no atual contexto geopolítico e com vista a construir uma segurança comum, continuando simultaneamente a basear a integração europeia num projeto de paz e solidariedade;
* solicita um **aumento** a médio prazo **do atual financiamento limitado (1,5 mil milhões de euros)**;
* salienta que o Programa da Indústria de Defesa Europeia (PIDEUR) deve, não só responder, como se impõe, às necessidades urgentes da Ucrânia, mas também conduzir a uma **evolução estrutural da abordagem europeia da defesa** e da respetiva base tecnológica e industrial de defesa europeia (BTIDE);
* recomenda que o Parlamento Europeu, os Estados-Membros, os setores financeiros público e privado e a Comissão Europeia definam um **plano a longo prazo para aumentar a despesa e a aquisição de armamento**, que facilite o investimento a longo prazo do setor privado, apoie os planos de produção de equipamento militar pela BTIDE e ajude a base tecnológica e industrial de defesa destinada à Ucrânia;
* recomenda que a Comissão Europeia **esclareça a origem e a utilização dos fundos destinados ao PIDEUR**;
* recomenda que as **empresas que compõem a BTIDE reforcem a cooperação, especialmente com as PME e a nível transfronteiriço**;
* salienta a importância da **cooperação industrial com a Ucrânia** no âmbito do PIDEUR;
* propõe que se continuem a promover as **sinergias entre a indústria da defesa e a indústria civil**, incluindo as PME e as empresas em fase de arranque;
* recomenda que os **objetivos percentuais de aquisição cooperativa e intraeuropeia** definidos na comunicação sobre a estratégia industrial de defesa europeia **sejam integrados** no documento regulamentar do PIDEUR.

|  |  |
| --- | --- |
| ***Contacto*** | *Ioannis Diamantopoulos* |
| *Tel.*  | *+32 2 546 91 70* |
| *Endereço eletrónico* | Ioannis.Diamantopoulos@eesc.europa.eu |

* [***Indústria de fabrico de drones: estudo de caso para uma autonomia estratégica***](https://www.eesc.europa.eu/pt/our-work/opinions-information-reports/opinions/drone-manufacturing-industry-case-study-assess-outcome-strategic-sector-different-policies-place-enhance-european)

|  |  |
| --- | --- |
| **Relator** | Panagiotis Gkofas (EL – Grupo das Organizações da Sociedade Civil) |
| **Correlator** | Patrice Chazerand (FR-Cat. 1) |
|  |
| **Referências** | Parecer de iniciativaEESC-2024-00046-00-00-AC |
|  |

**Pontos principais**

O Comité Económico e Social Europeu:

* considera que a ligação entre a **Estratégia Drone europeia** e a **Estratégia Industrial de Defesa Europeia**, a par da integração da **base tecnológica e industrial de defesa europeia (BTIDE)** para apoiar a produção interna de drones de elevada qualidade/capacidade através de um **fluxo contínuo de contratos públicos**, é essencial para a independência crítica da Europa;
* continua a defender o **reforço da colaboração e da inovação**, e propõe que se tire partido de atos legislativos como o Regulamento Inteligência Artificial e o Regulamento Circuitos Integrados para **melhorar a autonomia estratégica** e reforçar a segurança nacional e o crescimento económico;
* salienta que a **necessidade de coerência entre a investigação e desenvolvimento (I&D) militares e civis** continuará a aumentar, uma vez que os drones recorrerão a mais automatização, aprendizagem automática e inteligência artificial (IA);
* entende que um **roteiro estratégico europeu para as tecnologias de drones** é indispensável para as tecnologias críticas de drones e para os sistemas de drones de dupla utilização suscetíveis de proporcionar uma abordagem estruturada para fazer avançar a tecnologia de drones;
* sublinha que deve ser devidamente analisada a possibilidade de **prestar apoio financeiro a potenciais investimentos na produção de drones e na integração das cadeias de abastecimento e de valor**;
* salienta que a UE deve empenhar-se mais ativamente a nível mundial, sobretudo no que toca aos procedimentos de certificação;
* observa que a **aceitação, pela sociedade,** de operações inovadoras de mobilidade aérea é crucial: o apoio da UE pode impulsionar o ecossistema global da aviação, contribuindo para o seu crescimento e sustentabilidade;
* salienta que a UE deve também estar preparada para elaborar uma **estratégia consolidada para o desenvolvimento de um quadro comum de combate aos drones** para fazer face a múltiplos riscos relacionados com ameaças híbridas, ações terroristas, agressões por parte de outros Estados e mesmo abusos a nível civil.

|  |  |
| --- | --- |
| ***Contacto*** | *Ioannis Diamantopoulos* |
| *Tel.*  | *+32 2 546 91 70* |
| *Endereço eletrónico* | Ioannis.Diamantopoulos@eesc.europa.eu |

* [***Comunicação sobre a gestão industrial do dióxido de carbono***](https://www.eesc.europa.eu/pt/our-work/opinions-information-reports/opinions/communication-sur-la-gestion-industrielle-du-carbone)

|  |  |
| --- | --- |
| **Relator** | Gonçalo Lobo Xavier (PT – Grupo dos Empregadores) |
| **Correlator** | Jean-Michel Pourteau (FR-Cat. 2) |
|  |
| **Referências** | COM(2024) 62 final |
| EESC-2024-00878-00-00-AC |

**Pontos principais**

O Comité Económico e Social Europeu:

* considera que a **Estratégia de Gestão Industrial do Dióxido de Carbono é muito positiva e equilibrada**, ao abranger elementos cruciais para a **implantação dos processos de captura e armazenamento de dióxido de carbono (CAC) e captura e utilização de dióxido de carbono (CUC) à escala industrial na UE**;
* concorda que para construir um **mercado único do carbono** é necessário **criar infraestruturas de armazenamento e transporte (incluindo transfronteiriças)** e **estabelecer regras de mercado**;
* chama a atenção para a necessidade de **adaptar as estratégias de gestão do dióxido de carbono aos setores industriais específicos**;
* defende que é fundamental **identificar os obstáculos que comprometem a aplicação eficaz das práticas de gestão do dióxido de carbono existentes**, a fim de introduzir alterações e definir estratégias;
* considera que a UE precisa de uma **estratégia industrial para o dióxido de carbono que** não só **promova o crescimento de forma sustentável e concretize o Pacto Ecológico**, como também **assegure empregos de qualidade e uma transição justa para os trabalhadores** e identifique **lacunas na disponibilidade de mão de obra e de competências suscetíveis de ser atenuadas pela requalificação e a melhoria das competências**;
* recomenda a elaboração de um **plano de investimento claro para o desenvolvimento de tecnologias CAC/CUC** e defende que **as fontes de financiamento público devem dispor de um mecanismo de condicionalidade social orientado para a criação e a manutenção de empregos de qualidade**;
* considera que os projetos de descarbonização devem abranger, de forma equilibrada, a **remoção de carbono e** a **prevenção das emissões de carbono**, embora **esta última não beneficie atualmente de apoio suficiente**;
* recomenda a **criação de um novo sistema de créditos independente, bem concebido, de elevada fiabilidade e eficaz para prevenir as emissões de carbono**, que proporcione incentivos à descarbonização;
* defende que **as licenças de emissão do Sistema de Comércio de Licenças de Emissão da União Europeia (CELE) não devem ser utilizadas como «créditos»**, uma vez que tal poderia comprometer a atual lógica de mercado do CELE.

|  |  |
| --- | --- |
| ***Contacto*** | *Adam Dorywalski* |
| *Tel.*  | *+32 2 546 93 97* |
| *Endereço eletrónico* | *Adam.Dorywalski@eesc.europa.eu* |

1. [***Estratégia Industrial de Defesa Europeia***](https://www.eesc.europa.eu/pt/our-work/opinions-information-reports/opinions/european-defence-industrial-strategy)

|  |  |
| --- | --- |
| **Relator** | Maurizio Mensi (IT – Grupo das Organizações da Sociedade Civil) |
| **Correlator** | Jan Pie (SE-Cat. 1) |
|  |
| **Referências** | JOIN(2024) 10 finalEESC-2024-00782-00-00-AC |

**Pontos principais**

O Comité Económico e Social Europeu:

* congratula-se com a Estratégia Industrial de Defesa Europeia enquanto passo importante para reforçar a prontidão da Europa em matéria de defesa e, por conseguinte, a sua capacidade de proteger os seus cidadãos, o seu território e os seus valores fundamentais e modo de vida;
* congratula-se com a mudança de abordagem, passando das medidas de emergência para uma resposta estrutural a mais longo prazo. Congratula-se, em particular, com a ênfase colocada na necessidade de reforçar o aprovisionamento europeu para dar resposta às necessidades europeias;
* salienta a importância de mobilizar parcerias com países amigos que partilhem de valores comuns para cumprir os objetivos da estratégia;
* lamenta que a estratégia não tenha em conta a opinião pública, que é um fator-chave nas sociedades democráticas;
* observa que é pouco provável que o instrumento-chave para a execução da estratégia (Programa da Indústria de Defesa Europeia – PIDEUR) esteja operacional antes do final de 2025. A estratégia deve, portanto, ser complementada por outras medidas a curto prazo que visem as necessidades imediatas.
* insta os Estados-Membros a aceitarem o convite da Comissão no sentido de procurar, a curto prazo, opções para impulsionar, através dos instrumentos disponíveis, a contratação pública conjunta em grande escala no domínio da defesa, a expansão significativa da BTIDE e o lançamento de projetos emblemáticos no domínio da defesa;
* considera crucial do ponto de vista industrial e estratégico assegurar o acesso da indústria de defesa às competências, à tecnologia e à investigação;
* sublinha que o êxito da estratégia dependerá, em primeiro lugar, do pleno empenho dos Estados‑Membros e do seu reconhecimento do valor acrescentado de uma abordagem europeia.

|  |  |
| --- | --- |
| ***Contacto*** | *Ioannis Diamantopoulos* |
| *Tel.* | *+32 2 546 91 70* |
| *Endereço eletrónico* | *Ioannis.Diamantopoulos@eesc.europa.eu* |

1. [***Abordagens e boas práticas industriais e tecnológicas para uma sociedade resiliente do ponto de vista hídrico***](https://www.eesc.europa.eu/pt/our-work/opinions-information-reports/opinions/industrial-and-technological-approaches-and-best-practices-supporting-water-resilient-society)

|  |  |
| --- | --- |
| **Relator** | Florian Marin (RO – Grupo dos Trabalhadores) |
| **Correlator** | John Bryan (IE-Cat. 3) |
|  |
| **Referências** | Parecer exploratório a pedido da Comissão EuropeiaEESC-2024-00209-00-00-AC |
|  |

**Pontos principais**

O Comité Económico e Social Europeu:

* insta a uma **estratégia autónoma** – um Pacto Azul Europeu – e a um plano de ação **para a água, a fim de garantir a resiliência, a segurança e a sustentabilidade dos recursos hídricos, que complementarão o Pacto Ecológico Europeu**;
* exorta a UE a **integrar a água num quadro estratégico industrial revisto** e nas vias de transição através de uma abordagem setorial;
* considera que tal revisão deve constituir a oportunidade de propor um **novo acordo industrial, oferecendo à indústria europeia uma estratégia consolidada** que responda aos múltiplos desafios que enfrenta (água, energia, matérias-primas críticas, digitalização e autonomia estratégica) no prazo de quatro anos;
* salienta que as abordagens industriais e tecnológicas para uma sociedade inteligente na utilização da água devem estar firmemente estruturadas em torno de **uma política abrangente de gestão sustentável da água para uma indústria** que se baseie na redução, reutilização e reciclagem da água, na diminuição da poluição das águas e que preveja a introdução gradual e a utilização de tecnologias eficientes em termos hídricos, garantindo simultaneamente uma transição justa que **salvaguarde a competitividade industrial**;
* destaca a necessidade de desenvolver um **ecossistema europeu de gestão de dados sobre a água**, medir o consumo de água ao longo dos processos de produção e minimizar a utilização de água potável para fins industriais;
* sublinha a necessidade de **garantir o acesso à água para os setores mais críticos em situações de crise**;
* apela para uma **via de transição para desenvolver o setor das tecnologias limpas e eficientes na utilização da água**, incluindo um roteiro para a dimensão humana, a fim de assegurar a disponibilidade das competências necessárias, empregos de qualidade e condições de trabalho dignas;
* propõe medidas para a **execução do fundo de transição no âmbito do Pacto Azul Europeu** no domínio industrial;
* apoia a criação da **Comunidade de Conhecimento e Inovação (CCI) Água** pelo Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (EIT).

|  |  |
| --- | --- |
| ***Contacto*** | *Heli Niemelä-Farrer* |
| *Tel.* | *+32 2 282 24 64* |
| *Endereço eletrónico* | Heli.Niemela-Farrer*@eesc.europa.eu* |

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_